~~Amigos e Reabilitadores de Excepcionais – AMPARE. Solicitação de concessão de registro. Relatoria do conselheiro representante do Instituto Pró-Vida. Processo SEI nº 00400-00012780/2024-31. Encaminhamento: O Conselho delibera por deferir a solicitação de concessão de registro. A decisão se deu em conformidade com o parecer do conselheiro relator, conselheiro Celomar Dias de Oliveira. 5.2. Instituição Me Ajude a Ajudar – IMAA. Solicitação de concessão de registro. Relatoria da conselheira representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda. Processo SEI nº 00400-00067741/2023-90. Encaminhamento: O Conselho delibera por deferir a solicitação de concessão de registro. A decisão se deu em conformidade com o parecer da conselheira relatora, conselheira Márcia Regina da Paz. 5.3. Centro Cultural Dançar é Arte. Solicitação de concessão de registro. Relatoria da conselheira representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda. Processo SEI nº 00400-00039805/2023-62. Encaminhamento: O Conselho delibera pela redistribuição do processo referente à solicitação de concessão de registro da instituição Centro Cultural Dançar é Arte à conselheira Gesiele Brito, representante da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo, da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – assento Direitos Humanos, considerando seu pedido de vista. 5.4. Processos de reavaliação bianual. Para conhecimento do Conselho: Processo Sei nº Obras Sociais do Centro Espírita Fraternidade Jerônimo Cândido; Processo Sei nº Associação Mãos Amigas AMAS; Processo Sei nº Associação de Ginástica da Octogonal e Cruzeiro AGINOC; Processo Sei nº Associação de Pais e Amigos Excepcionais do Distrito Federal – APAE/DF. Encaminhamento: O Conselho toma conhecimento dos processos de reavaliação bianual aprovados. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12h40 e eu, Barbara Neri Almeida de Oliveira, diretora de Acompanhamento de Normas e Comissões do CDCA/DF, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.~~

ATA DA 349ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 30 dias do mês de julho do ano de 2024, por videoconferência, às 9h00, verificado o quórum regimental, deu-se a abertura oficial da 349ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA/DF, sob a condução do senhor João Henrique Barbosa, Presidente do Conselho. Presentes os Conselheiros de Direitos: (1) Representantes Governamentais: Eduardo Chaves e Thamandra Taiza Pereira Dias, representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania - Sejus (Infância e Adolescência); Márcia Regina da Paz, representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Trabalho e Renda; Rodrigo Marcelo do Amparo Simões, representante da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer; Denise Parreira, representante da Secretaria de Estado de Economia; Patrícia Souza Melo, representante da Secretaria de Estado de Educação; Fáuston Pereira da Silva, representante da Secretaria de Estado de Segurança Pública; Brígida de Freitas Ferreira Scofoni e Elayne Cristina Felix Rangel Marinho, representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. (2) Representantes da Sociedade Civil: João Henrique da Silva Barbosa, representante do Instituto do Carinho e presidente do CDCA; Silvina da Conceição Araújo, representante da instituição Assistência Social - Casa Azul; André Souza Santos, representante da instituição Projeto Integral de Vida - Pró-Vida; Joelma Oliveira Bonfim, representante do Instituto Futuro e Ação - Ifa; Daise Lourenço Moisés, representante do Conselho de Entidades de Promoção e Assistência Social do Distrito Federal - Cepas; Francisco Rodrigues Corrêa e Rafaela Cristina Lopes Reis, representantes do Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do Distrito Federal - Sintibref/DF; Maria Meire Nascimento da Costa, representante da instituição Lar da Criança Padre Cícero; João Donadon, representante da instituição Casa de Ismael - Lar da Criança; Luiza Martins Costa e Juliana Miranda Damasceno Monteiro, representantes da instituição Aconchego - Grupo de Apoio à Convivência Familiar e Comunitária; Patrícia Andrade Santiago Silva Mello e Natanael da Marcena Costa, representantes da instituição Aldeias Infantis – SOS Brasil; Milda Lourdes Pala Moraes, representante do Instituto Espírito de Luz - Iel; Hudson Quintana Lucas, representante do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares do DF - Sinproep/DF; (3) Demais participantes: Gleides Simone de Figueiredo Formiga, representante da Secretaria de Estado de Educação; Carolina Yoshii Galli, representante da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (Direitos Humanos); Cleysiane, representante da Nova Acrópole; Leslie Marques de Carvalho MPDFT/PJJI; Camila Lucas Mendes, da DPDF; Luiza Arcângela de A. Carneiro da Unidade de Gestão de Fundos – UNGEF; Ana Paula Barbosa de Jesus Reis do Instituto Epurianos; Ana Flávia Freitas, da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo; Ana Luiza Borba, secretária executiva do CDCA, Ingrid Anne Soares de Oliveira, Sérgio Aparecido Gandra, Jonathas Felipe Aires, Christiane Meirelles da Silva Oelmann, da Secretaria Executiva do CDCA. 1. Informes. 1.1 Informe da Presidência. O presidente do Conselho, João Henrique, informa aos conselheiros acerca da reunião extraordinária agendada para o dia 01/08/2024, que tratará exclusivamente acerca da aprovação do regimento interno do CDCA e que apenas serão analisados na reunião referida os destaques e considerações sobre o regimento feitos pelos conselheiros em até um dia anterior à plenária. Informa também que os demais itens do regimento que não sofreram considerações serão considerados aprovados e que não haverá leitura integral do regimento. 1.2. Informe da Secretaria Executiva. A secretária executiva, Ana Luíza, atualiza o Conselho a respeito das eleições dos representantes da sociedade civil, informando que a unidade de tecnologia da informação apresentou em forma de vídeo para a Comissão de Legislação (Comlegis), o sistema tecnológico que será utilizado. Os vídeos referidos serão também disponibilizados no site do CDCA após a aprovação do edital na plenária, a fim de servir como material instrucional para os eleitores. Esclarece também que, a pedido da Diretoria

de Projetos, faz-se necessário que o CAFDCA analise as decisões de recurso das organizações da sociedade civil, preferencialmente antes do dia 14/08/2024, tendo em vista que a data de vencimento do edital 03/2022 se aproxima. 2. Relato das Comissões. O presidente João Henrique, informa que a Conselheira Denise Parreira solicitou à Diretoria Executiva mudança da ordem de pauta das relatorias nesta reunião, no sentido de que a relatoria do CAFDCA e processos relacionados aconteçam inicialmente. O pedido da Conselheira foi acatado pela Diretoria Executiva. Passou-se, portanto, a palavra para a Conselheira Denise, a fim de realizar a relatoria do CAFDCA. 2.1 Relatoria do Conselho de Administração do FDCA/DF - CAFDCA. A presidente do CAFDCA, Denise Parreira, esclarece que quanto ao pedido da Secretaria Executiva em nome da DIPROJ sobre o julgamento dos recursos das Organizações da Sociedade Civil, há apenas dois processos a serem apreciados e será organizada uma reunião em data que atenda ao máximo de conselheiros, para que os recursos sejam julgados até o dia 14/08/2024. Afirma também que apesar do CAFDCA ter discutido os processos objeto de recurso no grupo de whatsapp do CAFDCA, faz-se necessário que as análises sejam aprimoradas e, para isso, é importante que seja feita uma reunião. 2.1.2 Apresentação da execução do FDCA - Processo SEI nº 00400-00008792/2021-18. A Conselheira Denise esclarece que o percentual de recursos constantes na planilha são alterados à medida que são feitos os repasses de recursos para as OSCS. Afirma também que a execução do fundo não se refere a apenas um edital, mas sim a vários editais. A Conselheira Daise Moisés questiona acerca da consulta à procuradoria sobre a prorrogação do edital 03/2022 e se a decisão da procuradoria está sendo aguardada antes de prosseguir com os encaminhamentos dos projetos. A Secretária Executiva, Ana Luíza afirma que a procuradoria já retornou com o processo e decidiu sobre a viabilidade de prorrogação do edital e que será feito ato de convalidação da decisão de prorrogação. Quanto ao andamento dos processos, Ana Luíza afirma que o fluxo segue normalmente, com a maioria deles já enviados para a UNGEF e que será ajustado em reunião com a controladoria setorial algumas questões de ordem documental que estão sendo exigidas, mas que todos os processos com documentos questionados pela controladoria setorial já estão na fase de liberação de recurso. A Conselheira Milda Moraes pergunta qual o valor que ainda tem a ser empenhado e o saldo de recursos para o próximo edital de chamamento público, além da necessidade da planilha de apresentação da execução do FDCA ser mais simples, a fim de que seja facilitada a compreensão da distribuição da despesa autorizada. O Conselheiro Eduardo Chaves pondera que a situação é de aguardar a finalização do Edital 03/2022 para posteriormente formar uma comissão para o próximo edital, com a possibilidade de apoio técnico da consultoria legislativa da Câmara Legislativa do DF. A Conselheira Joelma Bonfim agradece pelas informações apresentadas pela Secretaria Executiva do CDCA e pela Diretoria de Projetos acerca dos projetos e deseja saber as tratativas acerca do repasse de recursos referente aos projetos e se existe um cronograma de disponibilização de recursos. Ana Luíza esclarece que será alinhado com o Secretário Executivo da SEJUS e com a Controladoria Setorial sobre os documentos exigidos a fim de que os pagamentos aconteçam, visto que existem documentos que possivelmente já foram atendidos. Os Conselheiros Patrícia Mello, João Donadon, Milda Moraes e Daise Moisés expressaram a necessidade do lançamento de um novo edital de chamamento público e o Presidente João Henrique destacou a importância da formação de um grupo de trabalho com a finalidade de acompanhar o trâmite necessário para publicação do edital referido. Encaminhamento: Formar grupo de trabalho com a finalidade de acompanhar o trâmite necessário à elaboração de um novo edital de chamamento público. O grupo será composto, a princípio, por 3(três) Conselheiros(as), tendo representantes (a) da Sociedade Civil e do Governo, sendo que um Conselheiro(a) será o titular e os outros (as) suplentes. A Secretaria Executiva do CDCA colaborará na execução dos trabalhos da comissão referida, ficando sob a responsabilidade de formular a minuta do edital. O grupo será composto pelos seguintes Conselheiros(as): Milda Moraes, Francisco Rodrigues e Márcia Regina. 2.2 Relatoria da Comissão de Políticas Públicas - Compp. A coordenadora Luíza Martins relata que na reunião do dia 23/07/2024 foi pautado o seguinte tema: Violação de direitos das crianças e adolescentes em situação de rua, migrantes e refugiados. Na reunião referida, Luíza esclarece que a conselheira Patrícia discorreu a respeito das dificuldades encontradas pelos serviços de acolhimento às famílias e aos adultos. Informou que os dados levantados são referentes às instituições Cáritas, Tocar, Aldeias Infantis, Berço da Cidadania e Inclusão. Apontou que as dificuldades encontradas são na área da saúde, a exemplo da recusa de atendimento de pessoas estrangeiras; na área de educação, na inserção no mercado de trabalho e na área de assistência social, nesse último caso em relação ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Luíza ainda informa não haver relatos de violência sexual de crianças e adolescentes dentro desses espaços e relembra que em outubro de 2022 a Comissão recebeu um Ofício do Conanda solicitando informações a respeito de crianças e adolescentes migrantes. A coordenadora Luíza informa que, na época em questão, foram enviados Ofícios solicitando tais informações a algumas instituições, tal como Cáritas Brasileira e Aldeias Infantis. Entretanto, a conselheira Patrícia, representante da instituição Aldeias Infantis, esclareceu na reunião do dia 23/07 que nunca recebeu o documento. Aquela, a coordenadora, acrescenta a respeito da Lei nº 7.540, publicada no Diário Oficial do distrito Federal em 22 de junho, que estabelece diretrizes para instituição da Política Distrital para população imigrante do DF. Luíza afirma que a conselheira Brígida relatou na reunião do dia 23/07/2024 que a Secretaria de Desenvolvimento Social também pode fazer esse levantamento de dados solicitados pelo Conanda. Luíza aponta que não é a primeira vez que o referido assunto entra com pauta da Comissão. Acrescentou que em outras reuniões foram encaminhados Ofícios às Secretarias de Saúde, Educação e Desenvolvimento Social a respeito do assunto, porém não houveram respostas. Luíza aponta que a convidada da reunião do dia 23/07/2024, Losangelis Gregório, representante

do Conselho de Assistência Social do DF, informou que o acolhimento de crianças e adolescentes está dentro das pautas tratados pelo CAS, principalmente no que tange aos retrocessos que ocorreram no acolhimento deste público. Esta, segundo Luíza reforçou a importância dos dois Conselhos, CAS e CDCA, discutirem o tema em conjunto pra cobrar os responsáveis a tomarem as medidas cabíveis visando solucionar os problemas encontrados na área da saúde, educação e assistência social. Segundo Luíza, a conselheira Brígida falou da Reunião de Rede com o MPDFT e convidou o CAS e os conselheiros a participarem, pois esta é aberta a toda rede de sistema de garantia de direitos. Acrescentou que o número de acolhimentos aumentou após as eleições dos conselheiros tutelares e que a Sedes fez um levantamento desde de 2022 para entender os números crescentes de acolhimentos de crianças e adolescentes. Luíza cita que a conselheira Brígida noticiou que haverá publicação de dois editais. O primeiro de adultos, ocasionando o surgimento de mais vagas. Uma vez que, este edital será priorizando o acolhimento familiar. O outro será um edital para crianças e adolescentes, apesar da Sedes ter feito 5 aditivos com instituições parceiras, mas que não está sendo suficiente pois o número de vagas é menor que a demanda. Luíza ressalta que houve um longo debate sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, no qual esteve presente a Sra. Daise Lourenço, com participação de representantes de Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal Priscila e Alessandra, que estão na diretoria do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e a proteção social básica. Daise Lourenço abordou na reunião referida acerca da ampliação das metas do edital 30 de 2022, visto que algumas RA's ficaram desassistidas e para superar isso, a sugestão é o aumento de metas da região de Samambaia e Paranoá, bem como a necessidade de abertura de um novo edital para contemplar o Gama e Ceilândia e ainda para que o CAS faça a regulamentação para o público de 4 a 5 anos que não são assistidos pela educação integral pela Secretaria de Educação e nem pela SEDES. Luíza ressalta que Priscila e a Alessandra responderam que a diminuição do atendimento nas RA'S de Samambaia e Paranoá foi baseada na divisão segundo o estudo da CODEPLAN. A Diretoria informou ainda que as vagas remanescentes do edital 23 foram realocadas para o edital 30. Em relação às RA'S Gama e Ceilândia, as instituições foram classificadas, porém algumas regiões ficaram sem a cobertura por parte das instituições parceiras, mas foi explicado que as RA's possuem atendimento através da rede estatal e que ambas as regiões tiveram prioridade para receber novos educadores sociais em 2023. Sobre as famílias do Gama e de Ceilândia, foi afirmado que continuaram a receber atendimento junto às OSCs que estão funcionando com recursos próprios ou oriundos de emendas parlamentares. Sobre samambaia, a SEDES explicou que não possui dados para justificar o aumento da meta, pois foi baseado no estudo. No paranoá, a OSC selecionada no edital 23 não apresentou plano de trabalho e não está com registro junto ao CAS. Houve um questionamento sobre a fiscalização das parcerias e sobre as vagas relativas à demanda reprimida e foi apontado se é possível a criação junto à SEDES de uma central de vagas dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. Foi abordado também acerca da alta e guarda subsidiada. A Conselheira Patrícia Mello complementou que o levantamento que o OSC Aldeias Infantis apresenta em relação à situação de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento de famílias e adultos foi feito diante de um levantamento às organizações que executam esse serviço. Portanto, não foi apenas uma experiência da Aldeias Infantis, mas de outras instituições como Cáritas, Berço, Instituto Inclusão e Instituto Tocar. Foi feito o levantamento da situação do atendimento das crianças e adolescentes nesses serviços, não apenas as refugiadas e migrantes, pois é compreensível que espaço com adultos, crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente é um espaço de violação de direitos. Desse modo, foi levantado que diante das políticas públicas de saúde, educação, assistência social, geração de emprego e renda de como está essa situação e para isso foi feito todo um apanhado para a comissão ter o retrato. Patrícia Mello também relata que quanto ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos já existe um sistema da SEDES para fazer todo o monitoramento. Inclusive, tal sistema tem uma janela que está inativa. Afirmou ainda que conselho de direitos, juntamente com o conselho de assistência social a necessidade de se criar uma resolução conjunta a fim de provocar a SEDES para direção desse campo desse sistema para ser possível ter um diagnóstico de quantas crianças e adolescentes estão em fila de CRAS, que gera essa demanda reprimida e que subsidia os editais da SEDES, pois é questionável o motivo da abertura de vagas nessas regiões administrativas se está se afirmando que a SEDES não está com a gestão das vagas, visto que quem faz a gestão é o CRAS e a Diretoria não tem esses dados. A Promotora Leslie Carvalho, aponta que considera um avanço a questão da possibilidade do registro de entidades que presta educação à primeira infância. Afirmar também que tem um procedimento interno vinculado à promotoria da qual é titular e que uma entidade questiona no Paranoá a forma como a SEDES procedeu com o edital . Foi feita inclusive uma reunião com representante da SEDES e do Instituto Madalena Caputo e que pelo fato da entidade contemplada não ter apresentando documentação e, por isso, não houve a renovação das vagas. Diante do cenário, solicita ao conselho as informações colhidas na pesquisa apontada por Patrícia Mello. A Conselheira Luíza concorda com a solicitação da promotora e o Presidente João Henrique afirma que o Conselho tem prontidão para atendimento das solicitações do Ministério Público. 2.3 Relatoria da Comissão de Medidas Socioeducativas – CMSE. O Presidente João Henrique informa que a Comissão de Medidas Socioeducativas não reuniu no mês de julho. 2.4 Relatoria da Comissão de Formação e Mobilização - Comfmob. A coordenadora adjunta, Márcia da Paz, apresenta o relato da reunião realizada no dia 16 de julho. Ela afirma que a pauta foi a oficina de diagnóstico social voltada para as instituições da sociedade civil, a fim de contemplar a ação de formação dos últimos projetos participantes nos últimos editais de chamamento do CDCA. Os Encaminhamentos dados foram no sentido de selecionar as pessoas responsáveis por ministrar e acompanhar o curso e na próxima reunião da comissão será feita a proposta da criação da pauta que deverá incluir as oficinas, o teor delas, e providenciarão o convite à Grazielle Lima Nogueira para participar dessa formação. Como item de pauta para a próxima reunião está a organização da criação do conteúdo da identidade visual dessas oficinas. A Coordenadora adjunta coloca em plenário para aprovação, a proposta de criação de ações de divulgação para os trabalhos realizados pelo conselho. 2.5 Relatoria da Comissão de Acompanhamento do Comitê Consultivo de Adolescentes – Cacon. A Coordenadora Patrícia Mello apresenta o relato da reunião

realizada no dia 19 de julho. Nessa reunião houve a presença de um adolescente do comitê consultivo. Os pontos de pauta discutidos foram o regimento interno e calendários e cronogramas das reuniões e processo seletivo do comitê consultivo de adolescentes. Foi realizada a leitura das contribuições quanto ao regimento e os conselheiros que participaram da discussão sobre o regimento, presentes ou não na reunião puderam votar acerca das contribuições. Quanto ao processo seletivo do comitê consultivo de adolescentes, Patrícia Mello relata que a Comissão irá debater o assunto na próxima reunião, no mês de agosto, após a consulta com a Secretaria Executiva a respeito do prazo para dar início ao Processo Seletivo do Comitê Consultivo de Adolescentes. 2.6 Relatoria da Comissão de Legislação - Comlegis. O conselheiro João Donadon apresenta o relato da última reunião do dia 17/07/2024, cuja pauta foi a minuta da resolução e o regimento interno. Quanto ao regimento, houve a preparação do texto para ser submetido ao conselho na assembleia extraordinária a ser realizada e dentro das discussões ainda falta a preparação das emendas para serem apresentadas. 2.7 Relatoria da Comissão de Conselho Tutelar - CCT. A Secretaria Executiva informa que a Comissão de Conselho Tutelar não se reuniu no mês de julho. 2.8 Relatoria da Comissão da Primeira Infância. O Relato foi abordado no item 3.10, visto que o tema faz parte da ordem do dia. 3. Ordem do Dia. 3.1. INSTITUTO EPURANIOS. Projeto "Empoder@ Galer@." Projeto Edital nº 03/2022. Para conhecimento da decisão do CAFDCA de notificar a OSC. Processo SEI nº 00400-00051780/2022-94. Encaminhamento: O Conselho toma conhecimento da decisão do CAFDCA de notificar a OSC para que sejam realizados os ajustes necessários. 3.2. CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE BRASÍLIA. Projeto: Sustentarte. Projeto Edital nº 03/2022. Para conhecimento da decisão do CAFDCA de notificar a OSC. Processo SEI nº 00400-00053294/2022-19. Encaminhamento: O Conselho toma conhecimento da decisão do CAFDCA de notificar a OSC para que sejam realizados os ajustes necessários. 3.3 . INSTITUTO DE PROMOÇÃO HUMANA APRENDIZAGEM E CULTURA - IPHAC. Projeto: Centro Adolescer do Distrito Federal. Análise do Recurso Administrativo. Para conhecimento da decisão do CAFDCA de aceitar o recurso e de notificar a OSC. Processo SEI nº 00400-00053174/2022-11. Encaminhamento: O Conselho toma conhecimento da decisão do CAFDCA de aceitar o recurso interposto pela OSC e notifica-la. 3.4. INSTITUTO AMPB DE SOLIDARIEDADE. Projeto: Conexão social Jovem do Futuro. Pedido de suplementação. Para conhecimento da decisão do CAFDCA de notificar a OSC. Processo SEI nº 00400-00051379/2022-54. Encaminhamento: O Conselho toma conhecimento da decisão do CAFDCA de acatar parcialmente o pedido de suplementação da OSC e de notificá-la solicitando ajustes para a aprovação do pedido. 3.5 ASSISTÊNCIA SOCIAL CASA AZUL. Projeto: Energia Sustentável. Para referendo da decisão do CAFDCA de autorizar a concessão de Autorização para Captação de Recursos. Processo SEI nº 00400-00036561/2024-47. Encaminhamento: O Conselho delibera por referendar a decisão do CAFDCA no sentido de deferir a autorização para captação de recursos da instituição. 3.6 ASSISTÊNCIA SOCIAL CASA AZUL. Projeto: Em um Piscar de Olhos. Para referendo da decisão do CAFDCA de autorizar a concessão de Autorização para Captação de Recursos. Processo SEI nº 00400-00037880/2024-70. Encaminhamento: O Conselho delibera por referendar a decisão do CAFDCA no sentido de deferir a autorização para captação de recursos da instituição. 3.7 INSTITUTO VISAMOS. Famílias Fortes Visamos. Para referendo da decisão do CAFDCA (83ª CAFDCA) de aprovar o pedido de autorização para Captação de Recursos. Processo SEI nº 00400-00033724/2024-30. Encaminhamento: O Conselho delibera por referendar a decisão do CAFDCA no sentido de deferir a autorização para captação de recursos da instituição. 3.8 UNGEF. Proposta de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2025. Para conhecimento e referendo da decisão do CAFDCA de manter a planilha do último ano. Processo SEI nº 00400-00035138/2024-20. Encaminhamento: O Conselho toma conhecimento da decisão do CAFDCA de manter a planilha do último ano sem alterações. 3.9 Minuta que altera a Resolução Ordinária nº 102 do CDCA. Encaminhamento da Comissão da Primeira Infância para referendo. Proposta de alteração da Resolução nº 102/2022 do CDCA - sobre registro de instituições que oferecem atendimento de creche. Processo SEI nº 00400-00050228/2022-89-DIREX. Os Conselheiros Daise Moisés e João Donadon apresentam as alterações realizadas na Resolução nº 102/2022 do CDCA, feitas pela comissão da primeira infância para permitir a inscrição das Creches no âmbito do CDCA. Encaminhamento: Aprovar a solicitação da comissão de primeira infância para inclusão das creches no rol de registro do CDCA no programa de proteção, orientação e apoio sociofamiliar. O conselheiro Eduardo Chaves destaca que agosto será o mês da primeira infância e serão discutidas questões relacionadas ao tema e seus direitos correlatos, como por exemplo o aleitamento materno. Está sendo desenvolvida uma programação e, além de atividades já previstas no dia 17/08/2024, ocorrerão outras de forma descentralizadas e convidou a todos para conhecerem as propostas e participarem. 3.10 Minuta Edital Eleições da Sociedade Civil. Encaminhamento da Comissão de Legislação para referendo. Processo SEI nº 00400-00041130/2024-01-CDCA. A Secretária Executiva Ana Luíza, esclarece que foram realizadas as alterações solicitadas pela Comlegis na minuta do edital. A Conselheira Milda questiona o horário dos trabalhos da assembleia de eleição previsto na minuta, visto que acredita ser mais viável que a assembleia reúna em apenas um período do dia. A Conselheira Patrícia Mello sugere que a votação inicie logo após o início dos trabalhos da Assembleia e do credenciamento. Ana Luíza informa que será feito o ajuste quanto ao horário da assembleia e a alteração será disponibilizada novamente no grupo para apreciação. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12h40 e eu, Jonathas Felipe Aires, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente. João Henrique Barbosa Presidente do CDCA/DF.

~~SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA - DF LEGAL~~

~~SECRETARIA EXECUTIVA~~

PORTARIA Nº 74, DE 26 DE AGOSTO DE 2024

~~O SECRETÁRIO EXECUTIVO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL - DF LEGAL, no uso da competência conferida pelo incisos III e X, do art. 2º da Portaria nº 62, de 16 de setembro de 2020, e Considerando que o trabalho realizado pela Unidade de Fiscalização e Operações Especiais - UFOPE é de extrema importância para a caracterização e embasamento das ações desta Secretaria de Estado;~~